



QUE TRAGÉDIA! QUE CAOS! QUE VERGONHA ALHEIA!

A cada dia parece que o poço fica mais fundo, e quando imaginamos que não pode piorar mais, piora. Assim temos vivido nos últimos cinco anos com ataques quase que diários aos nossos direitos, conquistas e perseguição aos profissionais de comunicação.

Todos os dias temos que juntar os cacos, colar e partir para a luta e a resistência, pois foi isto que nos restou. E no meio de tudo isso, a pandemia que mexeu com nossas estruturas físicas e emocionais, nos obrigando a mudar rotinas, a nos manter isolados, facilitando assim os ataques, pois a luta das ruas ficou em silêncio por mais de um ano.

Com a vacina, e todos os cuidados possíveis, temos um fio de esperança de retomada da luta e a pergunta é: Quem está disposto a recomeçar, a se mobilizar e reconhecer a importância do Sindicato como a alternativa mais viável para sairmos dessa crise política, social, econômica e institucional?

Quem está disposto a reconhecer que o caminho traçado por muitos, muitos mesmo, nos levou a esse abismo atual e quer somar forças junto com as entidades de luta e representativas das categorias para enfrentar os gran-



des desafios que temos pela frente?

O momento não é de vaidades e nem de soberba, devemos ter a consciência de que cada profissional em sua atividade tem grande importância, estamos todos no mesmo barco à deriva e somente a nossa união para vencer as águas revoltas do obscurantismo, da negação da ciência, do autoritarismo, da falta de empatia e dos ataques à democracia.

Somos únicos como seres humanos, mas também somos um povo que está sofrendo conjuntamente todas as mazelas que o Brasil está vivendo. O que nos une? A luta.

AS REFORMAS QUE FIZERAM O BRASIL ANDAR PARA TRÁS

A TERCEIRIZAÇÃO

Desde 2016, os trabalhadores estão sendo atacados, primeiro com a lei da terceirização que poderia ter modernizado de fato a forma de contratação dos terceirizados, trazendo mais segurança nessa relação e impedindo que empresas façam o que querem. Entretanto, a lei de terceirização (13.429/2017) que foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente Michel Temer, em 31 de março de 2017, apenas escancarou e precarizou ainda mais esta atividade.

A legislação mencionada permite terceirização na atividade fim, além da quarteirização e quinteirização, entre outras mazelas. Apenas para que se tenham uma ideia do mal que esta lei da terceirização vem gerando, em São Paulo e Rio de Janeiro centenas de trabalhadores foram demitidos das emissoras e contratados através de empresas que terceirizam mão de obra para teledramaturgia, reduzindo assim o poder de compra e de mobilização desses trabalhadores.



A REFORMA TRABALHISTA

Logo depois, veio a reforma trabalhista (mudança significativa na Consolidação das Leis do Trabalho, instrumentalizada pela lei nº 13.467 de 2017) mais uma vez retirando direitos dos trabalhadores. Hoje, os trabalhadores que queiram pleitear seus direitos na justiça, correm o risco de ter de pagar as custas do processo, ou seja, indenizar o patrão. As homologações não mais são assistidas pelos sindicatos. Com esta nova realidade as empresas estão deitando e rolando, dizendo aos trabalhadores, no ato das rescisões, que aquele direito reclamado pelo trabalhador foi retirado na reforma trabalhista, e o trabalhador sem assistência do seu sindicato acaba aceitando esta mentira. Os sindicatos das empresas estão extremamente fortalecidos, pois foram alterados mais de 200 dispositivos da CLT, sempre com o objetivo de tirar algum direito do trabalhador e favorecer o patrão.

Hoje há uma inversão de apego à CLT, pois os sindicatos laborais sempre recorriam à CLT para defender algum direito do trabalhador. Agora, quem carrega a CLT debaixo do braço é o patrão, para mostrar que não temos mais determinado direito.

A desculpa do governo Temer e seus cúmplices no Congresso Nacional era de que a reforma trabalhista iria gerar milhões de empregos. Mas aconteceu exatamente o contrário.



LEI DO RADIALISTA ALTERADA

Em 2018, o governo Michel Temer alterou o decreto lei que regulamenta a profissão dos Radialistas (DECRETO Nº 9.329 DE 04 DE ABRIL DE 2018) e sem discutir com os representantes dos trabalhadores, ouvindo apenas os representantes das empresas. Esta alteração acabou com quase 70 das nossas funções.

Segue algumas delas que foram extintas: supervisor de operações, operador de máquina de caracteres, técnico de externa, maquiador, etc.

Algumas das funções que ficaram, foram aglutinadas, ou seja, serão exercidas por um mesmo profissional sem que este tenha direito a requerer o adicional de acúmulo de função. Como exemplo, o operador de câmera que foi aglutinado com operador de câmera (UPE).

Este decreto, fruto da pura maldade do governo Temer, reduziu drasticamente a empregabilidade no nosso setor, pois um trabalhador acaba fazendo serviço de três, quatro ou mais, além de impedir o direito de acesso ao adicional de acúmulo de função.

MP 905 A TENTATIVA DE CASSAR O REGISTRO PROFISSIONAL DOS RADIALISTAS

Mas as maldades não param por aí. Logo depois veio a MP 905/2020 (aquela que pretendeu instituir a carteira verde e amarela). Esta MP colocou fim ao registro profissional de radialista e outras profissões. Foi com muita luta que nós conseguimos derrotar a MP no Congresso Nacional e o registro profissional voltou a ser emitido. Agora, imaginem vocês, os Radialistas que trabalham como terceirizados na TV e Rádio Senado, TV e Rádio Câmara, TV e Rádio Justiça, Câmaras Legislativas, dentre outras, sem o registro profissional. Certamente seriam substituídos por apadrinhados sem capacitação e competência para exercer a profissão.



AS AMEAÇAS CONTRA A EBC

Mas ainda não para por aí. Alteraram a Lei que criou a EBC para acabar com o mandato do presidente da empresa, acabaram com o conselho curador (órgão que permitia a participação da sociedade civil na elaboração da programação da emissora). Aquilo que parecia uma simples ameaça, com a inclusão da EBC no Programa Nacional de Desestatização (PND), está muito próximo de se concretizar. Nas palavras da Secretária do Programa de Parceria de Investimento (PPI) Martha Sallier a Empresa Brasil de Comunicação pode ser privatizada ou extinta. Obviamente estamos combatendo mais este ataque que tem como objetivo calar a voz da sociedade, através da comunicação pública.

A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Através da Emenda Constitucional nº 103, publicada no Diário Oficial da União, em 13 de novembro de 2019 foi uma das maiores maldades contra o povo brasileiro. A reforma fixa a idade mínima para homens em 65 anos, mas, para mulheres, passa dos atuais 60 para 62 anos – ambos para trabalhadores urbanos. A reforma desconsiderou as diferentes expectativas de vida dentro do Brasil e atinge os mais pobres e mais vulneráveis, também desconsiderou a jornadas duplas ou triplas das mulheres, portanto, um segmento bastante prejudicado com essa reforma.



A REFORMA ADMINISTRATIVA (PEC 32)

A reforma administrativa do governo Bolsonaro, a PEC 32, além de atacar direitos dos servidores e empregados públicos, avança na destruição dos serviços públicos que atendem diretamente a população brasileira, como saúde, assistência e seguridade social, educação, correios, saneamento, comunicação pública, entre outros. Junto com a PEC 32, as privatizações têm o mesmo objetivo de transformar as estatais em fonte de lucro para o Capital. O relator da PEC 32 manteve a estabilidade dos servidores, a expectativa é que ela seja mantida no texto final, mas a intenção do governo é de acabar com a estabilidade dos trabalhadores e com os concursos públicos. Abrindo espaço para terceirizações, o que significa a precarização total dos serviços prestados pelos postos de saúde, hospitais, escolas, creches, enfim toda a sociedade estaria prejudicada.



A REFORMA TRIBUTÁRIA

Considerada a menina dos olhos de Paulo Guedes, a Reforma Tributária tem alguns penduricalhos difíceis de aceitar, como o fim do incentivo fiscal ao PAT, o que pode acabar com o auxílio ou ticket alimentação dos 22 milhões de brasileiros que têm acesso ao programa. Já na tabela do Imposto de Renda, a proposta é de acabar com o desconto simplificado e o resultado será drástico para milhões de trabalhadores que, no lugar da restituição que recebem hoje, passarão a pagar imposto de renda, representando um verdadeiro rombo no bolso dos contribuintes.



MP 1045 ENTERRADA NO SENADO

Uma nova reforma trabalhista, proposta pelo governo Bolsonaro, estava em tramitação no Congresso Nacional, tirando ainda mais direitos da classe trabalhadora e criando uma nova modalidade de contrato de trabalho desvinculado do salário mínimo, sem direito a férias remuneradas, 13º salário, sem FGTS, dentre outras maldades como dilatar a jornada de radialistas e jornalistas em até 2 horas por dia, reduzindo o percentual pago pelas horas extras para apenas 20%.

O relatório do Deputado Christino Áureo PP-RJ, foi apreciado e aprovado pelos Deputados. Assim, o texto aprovado na Câmara foi encaminhado ao Senado Federal com vários objetos estranhos (jabutis). Com o prazo de apreciação apertado, a MP foi levada a plenário para apreciação e votação por parte dos Senadores. Considerando o número elevado de objetos estranhos, os senadores, com 27 votos favoráveis e 47 contra, optaram por rejeitar e arquivar a Medida Provisória 1045/21.



DA PRÓXIMA VEZ, POR FAVOR.

